



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**ATO Nº 113/2011**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal e anexos, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011, para divulgação e conhecimento público.

**CLÁUDIO SOARES PIRES**

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2010 A ABRIL/2011			
RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ Mil	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	234.931	12.357	247.288
Pessoal Ativo	173.123	12.356	185.479
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio Órgão e de outros da	678	12.188	12.866
Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	172.445	168	172.613
Pessoal Inativo e Pensionistas	61.808	1	61.809
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	562	-	562
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	61.246	1	61.247
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, da LRF) (II)	67.731	12.188	79.919
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	704	12.188	12.892
Despesas de Exercícios Anteriores	8.048	-	8.048
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	58.979	-	58.979
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	167.200	169	167.369



Fonte: Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 739, 30 mai. 2011.  
Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, p. 1.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) * 100	0,031885%	0,000032%	0,031918%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,076928%			403.395
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,073082%			383.225
FONTE: SIAFI 2010/2011 e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região			

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta) todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo, que representa a soma de R\$ 678.031,92 relativo a Sentença de Pequeno Valor, Ação 0625 e R\$ 12.187.812,68 relativo a Precatório da Administração Direta, Ação 0005, que ficou inscrito em Restos a Pagar.

3) Este relatório não inclui a execução no período de maio/2010 a abril/2011, de Precatórios de Órgãos da Administração Pública Indireta, recebidos através de destaque, conforme artigo 29 da Lei 12.309 /2010 (LDO 2011), no valor de R\$ 6.216.237,77 (R\$ 5.743.724,64 inscrito em Restos a Pagar).

4) As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 25 de maio de 2011.

CLAUDIO SOARES PIRES

Desembargador Presidente do Tribunal

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA

Diretor-Geral - Ordenador da Despesa

JOSE TEIXEIRA NETO

Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

ANA PAULA BORGES DE ARAUJO ZAUPA

Diretora da Secretaria de Controle Interno

